

Equatorial  
Transmissora 5  
SPE S.A.

**Relatório sobre a revisão de  
demonstrações financeiras  
intermediárias  
em 30 de junho de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>6</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>17</b>

KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 – Aldeota  
60150-150 – Fortaleza/CE Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100  
kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.**  
Brasília – Distrito Federal

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

## **Outros Assuntos**

### **Ênfase – Contrato de concessão**

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias que descreve que em 10 de fevereiro de 2017 a União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 356.226 mil e inicie as operações até 9 de fevereiro de 2022. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Revisão das demonstrações financeiras intermediárias do período anterior**

Chamamos a atenção para o fato que não revisamos as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa, e das demonstrações do valor adicionado (DVA) para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e notas explicativas, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente e, conseqüentemente, não emitimos uma opinião sobre elas.

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 02 de setembro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3

## Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		392	479	Fornecedores	9	13.740	14.556
Investimentos de curto prazo	5	18.548	2.726	Empréstimos e financiamentos	11	950	-
Impostos e contribuições a recuperar		414	7	Debêntures	12	311	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		251	38	Impostos e contribuições a recolher	10	3.074	973
Outros ativos		65	905	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		55	6
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>19.670</b>	<b>4.155</b>	Partes relacionadas	15	2.372	1.527
				Outros passivos	13	2.034	1.950
Não circulante				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>22.536</b>	<b>19.012</b>
Títulos e valores mobiliários		2.732	-	Não circulante			
Depósitos judiciais	6	2.754	1.987	Empréstimos e financiamentos	11	51.047	-
Ativos de contratos	8	279.959	80.912	Debêntures	12	62.221	-
Outros ativos		156	185	PIS e COFINS diferidos	14	25.896	7.484
Adiantamentos a fornecedores	9	25.183	8.825	Imposto de renda e contribuições social diferido	14	30.515	8.725
Intangível	7	1.518	1.546	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>169.679</b>	<b>16.209</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>312.302</b>	<b>93.455</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
				Capital social		81.960	45.340
				Reserva de lucros		17.049	17.049
				Resultado no período		40.748	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>139.757</b>	<b>62.389</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>331.972</b>	<b>97.610</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>331.972</b>	<b>97.610</b>

## Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

### Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018 (não revisado)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>01/04/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018</u> <u>a 30/06/2018</u> (Não revisado)	<u>01/01/2018</u> <u>a 30/06/2018</u> (Não revisado)
<b>Receita líquida de vendas</b>	18	131.225	180.635	11.048	23.038
<b>Custo dos serviços prestados</b>	19	<u>(86.287)</u>	<u>(117.902)</u>	<u>(3.612)</u>	<u>(14.812)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>44.938</u>	<u>62.733</u>	<u>7.436</u>	<u>8.226</u>
Despesas financeiras		<u>(185)</u>	<u>(195)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<u>(185)</u>	<u>(195)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>44.753</u>	<u>62.538</u>	<u>7.435</u>	<u>8.225</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-	(12)	(14)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	<u>(15.702)</u>	<u>(21.790)</u>	<u>(2.468)</u>	<u>(2.781)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u><u>29.051</u></u>	<u><u>40.748</u></u>	<u><u>4.955</u></u>	<u><u>5.430</u></u>

# Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018 (não revisado)

(Em milhares de Reais)

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018 (Não revisado)	01/01/2018 a 30/06/2018 (Não revisado)
Lucro líquido do período	29.051	40.748	4.955	5.430
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>29.051</u></b>	<b><u>40.748</u></b>	<b><u>4.955</u></b>	<b><u>5.430</u></b>

# Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018 (não revisado)

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>16.450</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	-	<b>16.469</b>
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15, líquido e impostos (Nota explicativa nº 4.1)	-	-	-	2.797	2.797
<b>Saldos representado em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>16.450</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>2.797</b>	<b>19.266</b>
Integralização de capital	17.177	-	-	-	17.177
Lucro líquido do período	-	-	-	5.430	5.430
<b>Saldos em 30 de junho de 2018 (não revisado)</b>	<b>33.627</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>8.227</b>	<b>41.873</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>45.340</b>	<b>713</b>	<b>16.336</b>	-	<b>62.389</b>
Integralização de capital (Nota explicativa nº 17)	36.620	-	-	-	36.620
Lucro líquido do período	-	-	-	40.748	40.748
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>81.960</b>	<b>713</b>	<b>16.336</b>	<b>40.748</b>	<b>139.757</b>



# Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018 (não revisado)

(Em milhares de Reais)

	#####	<u>30/06/2018</u> (Não revisado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	40.748	5.430
Ajuste para:		
Amortização do intangível	28	60
Margem da receita de construção	(74.483)	-
Receita financeira de ativo contratual	(6.662)	(1.386)
PIS e COFINS diferidos	18.412	2.348
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	21.790	2.781
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	-	14
	<u>(167)</u>	<u>9.247</u>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulante</b>		
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Ativo de contrato, líquido dos juros capitalizados	(115.185)	(24.090)
Impostos e contribuições a recuperar	(407)	(7)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(213)	(16)
Depósitos judiciais	(767)	(331)
Outros créditos a receber	869	31
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores, líquido de adiantamentos a fornecedores	(17.174)	(1.458)
Impostos e contribuições a recolher	2.101	208
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	49	(11)
Partes relacionadas	845	-
Outras contas a pagar	84	1.811
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<u>(129.965)</u>	<u>(14.616)</u>
Juros pagos	(534)	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(1)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<u>(130.499)</u>	<u>(14.617)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários comprometidas com atividades de	(19.474)	(2.222)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<u>(19.474)</u>	<u>(2.222)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	51.047	-
Captação de debêntures, líquido dos custos de transação	62.219	-
Valor recebido para integralização de capital social	36.620	17.177
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>149.886</u>	<u>17.177</u>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(87)</u>	<u>339</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	479	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>392</u>	<u>352</u>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(87)</u>	<u>339</u>

# Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018 (não revisado)

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u> (Não revisado)
<b>Receitas</b>		
Receitas de construção e atualização do ativo de contrato	<u>199.047</u>	<u>25.387</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos de construção	<u>(117.874)</u>	<u>(14.752)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	81.173	10.635
Amortização	<u>(28)</u>	<u>(60)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>81.145</u>	<u>10.575</u>
<b>Valor aplicado em transferência</b>		
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(1)</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><b>81.145</b></u>	<u><b>10.574</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Tributos		
Federais	<u>40.202</u>	<u>5.143</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Outros	<u>195</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do exercício	<u>40.748</u>	<u>5.430</u>
<b>Valor adicionado</b>	<u><b>81.145</b></u>	<u><b>10.573</b></u>

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias**

*(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, com extensão aproximada de 257 quilômetros.

#### **1.1 Pressuposto de continuidade operacional**

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 2.867 (R\$ 14.857, em 31 de dezembro de 2018), e fluxo de caixa negativo de R\$ 87, em 30 de junho de 2019 (30 de junho de 2018 (não revisado), fluxo de caixa positivo de R\$ 339).

A Administração segue analisando alternativas que permitam à Companhia apresentar uma estrutura de capital equilibrada, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios de longo prazo. Essas alternativas consideram, entre outras, suporte financeiro dos acionistas seja em forma de aporte de capital ou empréstimos, entrada em operação das linhas de transmissão conforme compromisso assumido no Contrato de Concessão, mencionado na nota explicativa nº 2, até 9 de fevereiro de 2022. Dessa forma, a Administração tem certeza de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e que os acionistas têm capacidade de aportar os recursos necessários. Portanto, com base no seu julgamento, concluiu que não há incerteza remanescente de continuidade.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações.

### **2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica**

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2017-ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União e a Equatorial Transmissora 5 Transmissora 5SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período.

Com Receita Anual Permitida (RAP) prevista de R\$ 85.642, a RAP da concessionária será reajustada, anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial, de forma plena, em 9 de fevereiro de 2022, conforme contrato de concessão. A estimativa de investimento para a implantação de Linhas de

Transmissão é de R\$ 356.226 e para a Subestação é de R\$ 66.774, totalizando R\$ 423.000. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações.

## **2.1 Benefícios fiscais**

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 60, de 01 de agosto de 2017. Adicionalmente, a Companhia obteve junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o direito a Redução de 75% do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), por meio da Resolução 367/2018 cuja fruição do benefício está condicionada à entrada operação do empreendimento, e apresentação à SUDENE dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção de Laudo Constitutivo.

## **3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e em conformidade com o IAS 34 – *Interin Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, emitidas em 12 de abril de 2019, e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 02 de setembro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

## **4 Principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes

ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na Nota 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado a seguir nas notas explicativas nº 4.1 e 4.2. Portanto, essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 12 de abril de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

#### **4.1 Mudanças nas principais políticas contábeis**

Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações trimestrais da Companhia.

##### **CPC 06(R2) – Operações de arrendamento mercantil**

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo, com base na avaliação da Administração, não houve impactos significativos nos contratos de arrendamentos da Companhia.

##### **ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

## 5 Investimentos de curto prazo

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificado de depósito bancário – CDB (i)	941	2.726
Fundos de investimentos (ii)	<u>17.607</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>18.548</u></b>	<b><u>2.726</u></b>

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 18.548 (R\$ 2.726 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a investimentos de curto prazo identificados pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

- i. Os investimentos de curto prazo referem-se, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais investimentos estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99,03%a.m.

- ii. Os Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

## 6 Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 2.754 (R\$ 1.987 em 31 de dezembro de 2018) se refere a depósitos judiciais cíveis decorrente de processos de servidões em nome da Companhia.

## 7 Intangível

Os saldos relacionados a direito de outorga são relacionados a processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato. Tratando-se de uma obrigação que nasce para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão, segundo item 12 do OCPC05.

Em 30 de junho de 2019 o saldo de R\$ 1.518 (R\$ 1.546 em 31 de dezembro de 2018) se refere à direito de outorga.

## 8 Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para ativo financeiro da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

O ativo de contrato está constituído, conforme a seguir demonstrado:

<u>31/12/2018</u>	<u>Atualização do ativo de contrato</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2019</u>
80.912	6.662	192.385	279.959

  

<u>31/12/2017</u>	<u>Adoção inicial ao CPC 47 (transferência do ativo financeiro)</u>	<u>Adoção inicial ao CPC 47 (impacto no PL) (Nota 4.4)</u>	<u>Atualização do ativo de contrato</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2018</u>
-	10.130	4.663	133	65.986	80.912

A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 30 de junho de 2019.

## 9 Fornecedores e adiantamentos a fornecedores

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 25.183 (R\$ 8.825 em 31 de dezembro de 2018) de adiantamentos a fornecedores, bem como o saldo de R\$ 13.740 (R\$ 14.556 em 31 de dezembro de 2018) de fornecedores, registrados no balanço patrimonial, referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para construção de instalações de transmissão, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

## 10 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INSS sobre serviços	-	1
ISS	2.984	972
ICMS	83	-
PIS/COFINS	7	-
	<u>3.074</u>	<u>973</u>

## 11 Empréstimos e financiamentos

Em 19 de dezembro de 2018, foi celebrado o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, no valor de R\$ 355.977. Os recursos captados destinam-se à investimentos para construção de linha de transmissão, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE com IPCA + 2,57% a.a. e vencimento em julho de 2038 e com aval da Equatorial Energia S.A. Até 30 de junho de 2019, o montante liberado foi de R\$ 53.028 e a taxa efetiva dessa operação é de 7,37% a.a.

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-
Ingressos	-	53.028	53.028
Encargos	1.484	-	1.484
Pagamentos de juros	(534)	-	(534)
Custo de captação	-	(1.981)	(1.981)
	<u>-</u>	<u>(1.981)</u>	<u>(1.981)</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b><u>950</u></b>	<b><u>51.047</u></b>	<b><u>51.997</u></b>

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Circulante	950	2%
2021	1.867	4%
2022	2.147	4%
Após 2023	49.014	94%
Subtotal	53.028	102%
Custo de captação (não circulante)	(1.981)	-4%
Não circulante	51.047	98%
Total	51.997	100%

## 12 Debêntures

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-
Ingressos	-	66.000	66.000
Encargos	311	-	311
Variação monetária	-	2	2
Custo de captação	-	(3.781)	(3.781)
	<u>-</u>	<u>(3.781)</u>	<u>(3.781)</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b><u>311</u></b>	<b><u>62.221</u></b>	<b><u>62.532</u></b>

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>30/06/2019</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Circulante	311	0%
2021	2	0%
2022	-	-
2023	330	1%
Após 2023	65.670	105%
Não circulante	66.002	106%



Custo de captação - Não circulante	(3.781)	-6%
Total não circulante	<u>62.221</u>	<u>100%</u>
Total	<u><u>62.532</u></u>	<u><u>100%</u></u>

### **Primeira emissão de debêntures**

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R\$ 66.000, com IPCA + 4,85% a.a. e vencimento em abril de 2039. Os recursos serão totalmente destinados a investimentos em projeto de linha de transmissão. Em 30 de junho de 2019, o saldo remanescente é de R\$ 62.532 e a taxa efetiva dessa operação é de 5,33% a.a.

A Primeira Emissão de Debêntures da Companhia possui cláusula restritiva vinculadas à manutenção de determinado índice financeiro, conforme abaixo, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

- Cálculo da divisão da dívida líquida pelo EBITDA, relativas aos 12 meses anteriores, utilizando-se as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas divulgadas pela avalista, Equatorial Energia S.A.

Em 30 de junho de 2019, a administração da Companhia avaliou que foi atendido o índice financeiro mencionado acima.

## **13 Outros passivos**

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 2.035 (R\$ 1.950 em 31 de dezembro de 2018) se refere, principalmente, ao saldo a pagar referente ao direito de outorga (vide nota 7).

## **14 Impostos de renda, contribuições sociais e impostos diferidos a recolher**

### **Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), no período findo em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2019</u>		<u>30/06/2018</u> (não revisado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	62.538	62.538	8.225	8.225
Alíquota fiscal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Pela alíquota fiscal	15.634	5.628	2.055	739
Adições :				
Adições decorrente do custo de construção - CPC 47/IFRS 15 (a)	<u>29.590</u>	<u>10.652</u>	<u>3.715</u>	<u>1.338</u>
	<u><u>29.590</u></u>	<u><u>10.652</u></u>	<u><u>3.715</u></u>	<u><u>1.338</u></u>

Exclusões:				
Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual - CPC 47 / IFRS 15 (b)	<u>(45.612)</u>	<u>(16.420)</u>	<u>(5.760)</u>	<u>(2.073)</u>
	<u>(45.612)</u>	<u>(16.420)</u>	<u>(5.760)</u>	<u>(2.073)</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período - Corrente	<u>(388)</u>	<u>(140)</u>	<u>10</u>	<u>4</u>
Passivo fiscal diferido (a) + (b)	(16.022)	(5.768)	(2.045)	(736)
Alíquota efetiva	<u>26%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>

## b. Composição dos impostos e contribuições a recolher diferidos

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(8.725)</b>
Adições decorrente do custo de construção -CPC 47/IFRS 15	40.242
Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual - CPC 47 / IFRS 15	<u>(62.032)</u>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b><u>(30.515)</u></b>

### PIS e COFINS diferidos

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(7.484)</b>
Receita de construção no período	192.385
Receita de ativo de contratos no período	<u>6.662</u>
	<b>199.047</b>
PIS / COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no período (9,25%) (a)	<u>(18.412)</u>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b><u>(25.896)</u></b>

- (a) A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

## 15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:

Centrais Elétricas do Pará S.A  
 Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR  
 Equatorial Transmissão S.A.

Para o período mencionado, não houve alterações significativas em relação às divulgações realizadas em suas demonstrações financeiras anuais.

## 16 Provisão para ações judiciais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício de 2018, não há processos judiciais passivos em nome da Companhia.

## 17 Patrimônio líquido

### 17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 89.257, e totalmente integralizado é de R\$ 81.960 (em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 89.257, e totalmente integralizado é de R\$ 45.340).

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o capital está representado por 89.256.949 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 2019, houve aumento de capital no valor de R\$ 36.620 (em 2018, R\$ 28.890) mediante utilização de adiantamento para futuro aumento de capital. Abaixo, os valores integralizados no período findo em 30 de junho de 2019, através de depósito em conta corrente da Companhia:

<b>Depósito em conta corrente da Companhia</b>	<b>R\$</b>
Janeiro/2019	2.500
Fevereiro/2019	34.120
Total integralizado	<u>36.620</u>

## 18 Receita líquida de vendas

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b> <b>(Não revisado)</b>
Receita de construção (a)	192.385	24.001
Receita de ativo de contratos	<u>6.662</u>	<u>1.386</u>
Receita operacional	<u>199.047</u>	<u>25.387</u>
PIS/COFINS diferidos	<u>(18.412)</u>	<u>(2.349)</u>
Deduções da receita	<u>(18.412)</u>	<u>(2.349)</u>
Receita líquida	<u>180.635</u>	<u>23.038</u>

(a) Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

## 19 Custos por natureza

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b> (Não revisado)
Custos de construção	117.874	14.753
Amortização do ativo intangível	28	59
<b>Total dos custos por natureza</b>	<b>117.902</b>	<b>14.812</b>

## 20 Instrumentos financeiros

### 20.1 Considerações gerais

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

### 20.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

		30/06/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>	<b>Categoria dos instrumentos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	392	392	479	479
Investimento de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	18.548	18.548	2.726	2.726
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2.732	2.732	-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>21.672</b>	<b>21.672</b>	<b>3.205</b>	<b>3.205</b>
		30/06/2019		31/12/2018	
<b>Passivo</b>	<b>Categoria dos instrumentos financeiros</b>	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	13.740	13.740	14.556	14.556
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	51.997	51.997	-	-
Debêntures	Custo amortizado	62.532	54.246	-	-
<b>Total do passivo</b>		<b>128.269</b>	<b>119.983</b>	<b>14.556</b>	<b>14.556</b>

- **Caixa, equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado.
- **Investimento de curto prazo** - são classificados como valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Títulos e valores mobiliários** - são classificados como valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.
- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo; são classificadas como custo amortizado.

### 20.3 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

#### (i) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das informações trimestrais.

	Fluxo de						Mais que 5 anos
	Valor contábil	caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários com garantia	51.997	103.221	1.284	2.439	3.550	13.342	82.606
Títulos de dívida emitidos com garantia (nota de empréstimos)	62.532	204.479	-	-	9.405	16.321	178.753
Fornecedores	13.740	13.740	12.328	1.412	-	-	-
<b>Total</b>	<b>128.269</b>	<b>321.440</b>	<b>13.612</b>	<b>3.851</b>	<b>12.955</b>	<b>29.663</b>	<b>261.359</b>

**(ii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida (RAP) será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

**(iii) Risco de taxa de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir, demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2019 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		<b>Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)</b>					
<b>Saldo em R\$ (exposição)</b>		<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>	<b>Cenário IV -25%</b>	<b>Cenário V -50%</b>	
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CD I	18.548	19.602	19.851	20.100	19.352	19.103
Impacto no resultado			1.054	1.303	1.552	804	555
<b>Passivos Financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPC A	(120.291)	(123.779)	(124.627)	(125.475)	(122.932)	(122.084)
Impacto no resultado			(3.488)	(4.336)	(5.184)	(2.641)	(1.793)
<b>Efeito líquido no resultado</b>			<u>(2.434)</u>	<u>(3.033)</u>	<u>(3.632)</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(1.238)</u>

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 30/06/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	5,68	6,32	7,10	8,52	4,26	2,84
SELIC (% 12 meses)	5,80	6,32	7,25	8,70	4,35	2,90
TLP (% 12 MESES)	3,37	3,37	4,21	5,05	2,52	1,68
TJLP (% 12 meses)	5,95	6,71	7,44	8,93	4,46	2,98
IGP-M (% 12 meses)	4,79	6,51	5,99	7,19	3,60	2,40
IPCA (% 12 meses)	2,90	3,37	3,62	4,35	2,17	1,45

Fonte: B3

## 20.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado, principalmente, no acompanhamento dos indicadores financeiros abaixo, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/ EBITIDA
- Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)

No exercício findo em 30 de junho de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

## 21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Risco	Vencimento das apólices	Importância segurada
Obrigações assumidas no Contrato de Concessão	06/11/2022	43.545

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Humberto Luís Queiroz Nogueira  
Sérvio Túlio dos Santos  
Humberto Soares Filho  
Firmino Ferreira Sampaio Neto  
Augusto Dantas Borges

## **Diretoria Executiva**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Diretor Presidente

Eduardo Haiama  
Diretor de Relação com os Investidores

Carla Ferreira Medrado  
Diretor

Joseph Zwecker Junior  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Tinn Freire Amado  
Diretor

Geovane Ximenes de Lira  
Contador  
CRC PE 012996-O-3 S-MA